



A REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A SAÍDA DOS FILHOS E O ENCAMINHAMENTO DO PATRIMÔNIO ENTRE AGRICULTORES SEM SUCESSORES
rspanevello@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL-Agricultura Familiar e Ruralidade
ALESSANDRA MATTE; ROSANI MARISA SPANEVELLO; LETICIA FÁTIMA DE AZEVEDO.

CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NORTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, PALMEIRA DAS MISSÕES - RS - BRASIL.

A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores

Social reproduction in agriculture family: the exit of children's and referral of heritage between farmers without successors

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

Atualmente a agricultura familiar vem encontrando dificuldades em concretizar a sua reprodução social em razão da saída dos filhos do meio rural e da desistência da ocupação de agricultor (a). Esta saída impõe uma nova dinâmica na questão sucessória: sem os filhos, os pais não terão sucessores e enfrentarão dificuldades quanto ao amparo na velhice. Com o intuito de compreender esta nova dinâmica sucessória, o objetivo deste artigo é estudar o processo de saída dos filhos e filhas e os arranjos programados pelos pais em torno da transmissão do patrimônio em estabelecimentos familiares sem sucessores. A pesquisa foi realizada no município de Esperança do Sul, RS, através de entrevistas que contemplaram as seguintes questões: saída dos filhos, o encaminhamento da propriedade e o amparo dos pais na velhice. Verificou-se que os filhos saem em busca de melhores condições de vida na cidade em razão da penosidade do trabalho rural. Com a saída dos filhos, limita-se a perspectiva sucessória e os pais usam de distintas estratégias para transmitir o patrimônio. A pesquisa mostrou que os pais se dividem entre os que querem vender as propriedades; deixar para os filhos, embora saibam que os mesmos não retornarão para exercer a atividade agrícola ou ainda esperam para mais para frente resolver esta questão, mas com a esperança de um dos filhos voltar ou tomar a decisão de ficar com os pais. O que estes aspectos citados acima acentuam é a desestabilização da dinâmica sucessória da agricultura resultante da ausência de sucessão nas propriedades e os diferentes arranjos dos agricultores quanto a transmissão do patrimônio, refletem as aflições e incertezas dos pais quanto o seu amparo na velhice.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, Filhos, Sucessão, Patrimônio.

Abstract

Nowadays the sustainable agriculture has found difficulties in making its social reproduction real because of the children's leaving the rural habitat and the quitting of the farmer occupation. Such leaving implies a new dynamic on the succession issue matter: without children, the parents won't have successors and will face difficulties when the support at the old age. With the aim at understanding this new succession process, the aim of the article is to study the leaving process of the children and the arrangements programmed by parents on the assets transmission in family establishments with no successors. The research was done in the city of Esperança do Sul, RS, through interviews which were formed by the following subjects: the children's leaving, the assets leading and the parent's support at the old age. It was verified that the children leave home searching for better life conditions in town since the rural tasks are very hard. With the leaving of the children the succession perspective is limited and parents are divided into those who want to sell the properties; leave them to the children, however they know that they will not be back to carry the agricultural activity out or still wait to solve the issue later, but wishing that one of the children to be back or make up his mind and stay with the parents. What those aspects named above emphasize is the destabilization of the succession process of the agriculture resulting from the absence of succession on the properties and the different arrangements of the farmers concerning the assets transmission or they reflect the afflictions and doubts of parents concerning their support at the old age.

Key Words: Agriculture family, Children, Succession, Heritage.

1 Introdução

Os estudos e pesquisas¹ referentes a reprodução social da agricultura familiar, vem mostrando a recusa dos filhos em permanecer na ocupação agrícola e no meio rural. Enquanto nas gerações anteriores ser filho de agricultor significa também ser um agricultor, hoje ser filho de agricultor não necessariamente significa reproduzir a mesma ocupação e modo de vida dos pais, pois cada vez mais a agricultura aparece como uma escolha entre outras possibilidades (ABRAMOVAY *et al.* 1998). Esta constatação é reforçada pelos resultados da pesquisa de Brumer e Spanevello (2008) em que 27% das moças e 19% dos rapazes da Região Sul acreditam que ninguém da sua família pretende permanecer no meio rural como agricultor (a).

A desistência dos filhos pela ocupação agrícola está baseada em diferentes razões que vão desde a questão da renda, da penosidade do trabalho agrícola e desvalorização da ocupação (BRUMER e SPANEVELLO, 2008). Porém, a outras razões que motivam a migração juvenil, tais como a desvalorização do trabalho feminino, a falta de perspectiva das mulheres herdarem a terra, que funcionam como aspectos impulsionadores da maior saída das moças em relação aos rapazes, resultando numa migração seletiva por sexo. Como resultado, o meio rural vem passando por dois processos sociais: o envelhecimento no campo, em razão da saída dos filhos do estabelecimento familiar e masculinização devido a saída mais intensa das moças, acentuando as dificuldades de namoros, casamentos

¹ Abramovay *et al.* (1998), Silvestro *et al.* (2001), Stropasolas (2002), Weisheimer (2007) Brumer e Spanevello (2008).

entre jovens do mesmo meio, conforme já retratado por Bourdieu na realidade rural francesa da década de 1960.

Para os agricultores familiares, à saída dos filhos do meio rural acentuam as dificuldades de reprodução social, ou seja, a falta de perspectiva dos jovens em permanecer na agricultura ocasiona a falta de sucessores para assumir a gestão da propriedade no lugar dos pais e dar continuidade aos estabelecimentos. Como consequência, os agricultores acabam tendo dificuldades em proceder a transmissão do patrimônio, pois os filhos já deixaram a propriedade. Essa situação impõe aos pais a preocupação sobre qual será o destino do estabelecimento familiar.

Com base nas considerações acima, este trabalho está direcionado a conhecer a realidade dos estabelecimentos familiares em que os filhos não desejam permanecer ou nos estabelecimentos familiares sem sucessores. De forma mais concreta, o objetivo é estudar o processo de saída dos filhos e filhas e os arranjos programados pelos pais em torno da transmissão do patrimônio em estabelecimentos sem sucessores.

O artigo está estruturado da seguinte forma: procedimentos metodológicos, revisão bibliográfica (englobando o conceito de agricultura familiar, reprodução social e o processo de transmissão do patrimônio); em seguida a análise dos dados da pesquisa referente ao processo de saída dos filhos, o encaminhamento do patrimônio entre os agricultores e, por fim, as principais conclusões sobre o estudo.

2 Procedimentos metodológicos

A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2009, através de entrevistas semi-estruturadas. O roteiro contemplou questões relativas ao processo de saída dos filhos do estabelecimento familiar e sobre a transmissão do patrimônio.

Os entrevistados foram agricultores familiares sem sucessores, que residiam na propriedade e na cidade. São definidos como agricultores sem sucessores aqueles em que apenas os pais residem no estabelecimento familiar. Os filhos já estão encaminhados profissionalmente para fora da atividade agrícola e até mesmo do próprio meio rural. Na perspectiva dos pais, não há nenhum filho (a) que vá retornar para assumir e dar continuidade ao estabelecimento.

O local de estudo foi o município de Esperança do Sul pertencente à região Ceilero (FEE, 2010). O município apresenta 846 estabelecimentos rurais e segundo o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (2000), possui 3755 habitantes, dos quais 3332 são rurais. Com relação à população jovem residente no meio rural, o total é 433, representando 13% do total da população rural, proporção semelhante à de idosos ou de pessoas com 60 ou mais com 439 habitantes ou 13,1% da população rural (IBGE, 2000).

3 Agricultura familiar e a reprodução social

A agricultura familiar está presente em boa parte das propriedades rurais do Brasil. De acordo com os dados do último censo agropecuário (IBGE, 2009), de um total de 5.175.489 estabelecimentos 4.367.902 são estabelecimentos de agricultura familiar (representando 84,4% do total), sendo que estes ocupam 24,3% da área dos

estabelecimentos agropecuários brasileiros. No Rio Grande do Sul, 85,7% das propriedades agropecuárias são consideradas familiares.

Conceitualmente, Abramovay (1998), define a agricultura familiar a partir de três atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo que o trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Para Wanderley (2001), a agricultura familiar combina a propriedade dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), com o trabalho no estabelecimento. A conjugação dessas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. Uma das conseqüências dessa forma de agir é atender às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações subseqüentes. Conforme Wanderley (2001, p. 24), através da conjugação desses dois objetivos, resultam as características fundamentais da agricultura familiar, “a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”.

De maneira semelhante, Tedesco (2001) também pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão-de-obra familiar organizada em torno da e para a família para definir conceitualmente a agricultura familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada numa lógica tanto na produção (agrícola) como nos valores e tradição (patrimônio sociocultural). Nesse sentido, os membros da família operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos estabelecimentos, através da permanência dos filhos no lugar dos pais.

Para Almeida (1986) a reprodução social da agricultura familiar envolve duas dimensões: a reprodução de ciclo curto e a reprodução de ciclo longo. Por reprodução de ciclo curto compreende-se a combinação de fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais para atender ao consumo familiar e repor os insumos necessários para o reinício do processo produtivo. De forma geral, o autor relaciona a reprodução de ciclo curto com a lógica econômica da família, englobando elementos como trabalho e consumo, enquanto a reprodução de ciclo longo trata dos aspectos do ciclo geracional e da perpetuação das famílias através do nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986).

É através da característica referente à passagem do patrimônio e da gestão do estabelecimento familiar ao longo das gerações que a agricultura familiar assegura a sua reprodução social ou a sua continuidade ao longo das gerações. Dentro dessa perspectiva, uma das questões centrais referentes à reprodução social da agricultura familiar de ciclo longo é a continuidade do estabelecimento familiar pelos filhos e a transmissão do patrimônio entre os descendentes.

3.1 Saída dos filhos e a dinâmica da transmissão do patrimônio na agricultura familiar.

Na agricultura familiar, as gerações passadas viviam sob a lógica que filho de agricultor também seria agricultor. Essa condição era dada em razão das escassas possibilidades apresentadas aos jovens rurais especialmente pelo isolamento do meio rural, escassos meios de transporte, lazer e meios de comunicação. Nesse espaço “fechado”,



bastava deixar agir a lógica familiar para que, de maneira quase autônoma, surgisse entre os filhos o desejo de permanecer. Predominavam, no interior dos estabelecimentos, valores como “ficar”, “continuar”, “suceder” (WOORTMANN, 1995).

Para Champagne (1986a), as perspectivas em torno da instalação dos filhos como agricultores se concretizavam porque isso era evidente, ou por dever ou obrigação familiar. Conforme Gasson e Errington (1993), os pais que herdaram o estabelecimento da geração anterior têm interesse em repassá-la para a geração seguinte, podendo impor uma pressão sobre os filhos para permanecerem e manterem a tradição familiar. Na sucessão, não havia apenas o interesse do pai em instalar o filho como agricultor, mas também o interesse do filho em se tornar agricultor. Existia o que Abramovay *et al.* (1998, p. 27) considera como sendo “a fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros”.

No entanto, nas últimas décadas a maior proximidade entre rural e urbano modificou a perspectiva de instalação dos filhos na agricultura. O meio rural e a agricultura estão vivenciando diversas transformações estruturais ao longo das últimas décadas. A difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização, a modernização da agricultura, são processos que provocaram a abertura social, econômica e cultural do meio rural.

Estes processos também são responsáveis pelas mudanças socioeconômicas internas das famílias e das propriedades, devido ao grau de inserção na economia de mercados e as demais possibilidades produtivas medidas pelo tamanho do estabelecimento, capacidade produtiva, a organização do trabalho familiar, as relações sociais com os filhos e o modo de vida no meio rural, atingem os agricultores de forma distinta.

A conjugação, tanto dos fatores externos ao meio rural com os internos mostram o estreitamento das relações com urbano e a construção de uma visão negativa sobre o rural, geralmente visto sob a ótica do lugar do atraso, da fadiga do trabalho, da ausência de férias, de escassos espaços de lazer e da renda incerta. Esses condicionantes estruturais desenvolvem nos filhos a disposição para uma outra ocupação, sendo que as possibilidades sucessórias tendem a se concretizar conforme determinadas condições dos estabelecimentos. Estudando a realidade francesa, mais precisamente a região de Bresse, Champagne (1986a) observou que as condições estruturais dos estabelecimentos são determinantes na sucessão dos filhos, sendo os estabelecimentos mais reduzidos em tamanho e em potencial produtivo os que apresentam menores possibilidades de sucessão. Esses fatores associados à emergência do processo de individualização modificam as questões referentes à sucessão, que passa a ser bem sucedida mediante determinadas condições econômicas e sociais.

Para Brumer (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes principalmente das condições internas familiares, tanto econômicas como sociais, tais como: a) da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; b) da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; c) das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família; d) das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; e) das relações de gênero, através das quais existem maiores ou

menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas; f) da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores.

A sucessão é um processo composto essencialmente pela sucessão de um dos filhos no lugar no pai, assumindo o controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio ou do estabelecimento familiar. O processo sucessório, conforme Burton e Walford (2005) é baseado no ciclo de vida da família e varia conforme os distintos estágios:

- a) o estágio inicial, quando as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos na propriedade sob a supervisão dos pais;
- b) o segundo, quando se intensifica a participação das crianças no trabalho;
- c) o terceiro, quando são delegadas mais responsabilidades em termos de técnicas e métodos produtivos, aumentando sua responsabilidade dentro da família;
- d) o quarto, quando o pai se retira da administração da propriedade e transfere totalmente o patrimônio para a geração seguinte.

Tradicionalmente, o modelo sucessório vigente no sul do Brasil é denominado de sucessão tardia (PAULILO, 2004). Neste modelo, apesar do filho morar com o pai, pouco participa do processo de tomada de decisões das atividades do estabelecimento, apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família e ser considerado uma força de trabalho importante. O filho assume como sucessor em caso da morte ou aposentadoria do pai (GASSON e ERRINGTON, 1993).

Neste processo há a escolha de um único sucessor pelos pais ou de um filho por estabelecimento, e a exclusão dos demais como forma de garantir a continuidade dos estabelecimentos (CARNEIRO, 2001; RAMOS, 2004). A sucessão é demarcada pela autoridade paterna, cujo papel é definir o sucessor e encaminhando profissionalmente os demais filhos (CARRIERI; AGUIAR, 1993; SANTOS, 1984; TEDESCO, 1999). Por detrás da presença do sucessor, reside a continuidade do projeto coletivo familiar, a reprodução do estabelecimento e o nome da família (WOORTMANN, 1995). Além disso, para os pais ter um sucessor significa ter um filho para ampará-los na velhice.

No entanto, a falta de sucessores que surge em razão dos filhos não desejarem permanecer na agricultura, vem mudando a dinâmica da transmissão do patrimônio ou propriedade. A pesquisa de Lopes (2006) mostra que nos estabelecimentos em que a continuidade dos estabelecimentos por uma nova geração apresenta entraves para se concretizar, os atuais gestores pensam os estabelecimentos serão deixados para os familiares mais próximos como irmãos e sobrinhos, mas os entrevistados não vêem perspectivas de que estas possam continuar na condição produtiva, pois nenhum dos seus possíveis sucessores trabalha na agricultura atualmente.

O estudo de Spanevello (2008) mostra que os agricultores sem sucessores acabam criando distintas estratégias em relação à transmissão do patrimônio. Trata-se de estratégias construídas levando em consideração: as dificuldades em continuar sozinhos no meio rural; a preocupação com a velhice; a certeza que os filhos não voltam; vontade de residir na cidade próximo dos filhos e o apego ao estabelecimento.

O trabalho de Carneiro (1998) também mostra que são variados os destinos dos estabelecimentos sem perspectivas sucessórias, podendo tanto ser alugado para vizinhos que permanecem na atividade agrícola, ficar abandonado ou mesmo ser vendido.

Entretanto, a venda é a opção menos aceita, principalmente entre os agricultores mais velhos, os que ainda mostram algum apego a propriedade (CARNEIRO, 1998). As estratégias se constituem na venda do estabelecimento, na possibilidade de deixar para parentes ou filhos (SPANEVERELLO, 2008).

Considerando a situação daqueles agricultores que pretendem vender a propriedade, Spanevello (2008) afirma que os pais não alimentam expectativas do retorno dos filhos, seja para morar ou produzir. Entre os agricultores que pretendem deixar para os filhos, Spanevello (2008) avalia que os preceitos morais que envolvem a questão de ficar com o patrimônio, associado ao compromisso moral de cuidar dos pais, tende a persistir. Conforme Carneiro (1998), a venda é a opção menos aceita, principalmente entre os agricultores mais velhos, os que ainda mostram algum apego a propriedade.

Outro grupo de agricultores estudados por Spanevello (2008) apresenta como alternativa recorrer a vizinhos ou demais familiares para permanecer na propriedade junto deles. Na perspectiva de inserir “alguém de fora”, repousa a preocupação dos pais com o amparo da velhice, ou quando a força física para trabalhar diminuir e não houver os filhos para dar suporte e assistência necessária.

A partir dos encaminhamentos planejados pelos pais é possível verificar, como mostra Spanevello (2008), que o patrimônio a ser deixado para os filhos é distinto e varia conforme cada encaminhamento. Nos casos em que acontece a venda, os pais usam o dinheiro para adquirir casa no meio urbano e os recursos restantes podem ser repassados aos filhos ou ser usado para ajudar economicamente o filho que ainda não está “bem instalado” como, por exemplo, o que ainda estuda, que não tem emprego fixo, entre outros. Entre os agricultores que pretendem fazer inserir pessoas de fora, os filhos não tendem a receber qualquer valor, pois os pais usam a propriedade como uma garantia de pagamento para aquela pessoa que vier a residir com eles e ficar responsável por ampará-los na velhice.

No grupo de agricultores que pretende deixar para os filhos, os pais almejam pretendem dividir de forma igualitária o patrimônio entre os filhos e as filhas. A justificativa para a divisão tal divisão, segundo os entrevistados por Spanevello (2008) é que tanto os filhos como as filhas, em razão da saída, não se dedicaram efetivamente as atividades dos estabelecimentos. Não há reconhecimento da supremacia do trabalho masculino sobre o feminino. Para Carneiro (2001) a divisão igualitária é acentuada nos casos em que a terra perde o valor econômico e simbólico de reprodução da família. Segundo a autora, quando a terra é destituída do valor simbólico e econômico para a agricultura, o trabalho da mulher tende a ser reconhecido (embora o homem ainda continue sendo o chefe do estabelecimento) inclusive com possibilidade de estar incluída na herança da terra.

4 Análise dos resultados

4.1 A saída dos filhos

Segundo os entrevistados, as motivações que levaram seus filhos a desistir de permanecer no estabelecimento familiar e no meio rural são fatores de ordem externa e interna.

Um dos principais fatores de ordem externa é o estudo. Para acessar o estudo, tanto o ensino médio, como técnico profissionalizante e superior, os filhos saem dos estabelecimentos para viver na cidade, tendo em vista que na sua maioria as escolas do meio rural oferecem apenas as séries primárias. Se no passado, saber ler e escrever era suficiente para ser agricultor, hoje o estudo é visto como essencial, independente da permanência ou não no estabelecimento, tendo em vista as novas demandas tecnológicas e conhecimentos que a agricultura vem exigindo dos agricultores. Para os jovens, o estudo representa para os filhos o acesso aos empregos urbanos ou outras alternativas de vida que não fazem parte da realidade do meio rural, por isso, boa parte dos jovens que saem para estudar buscam o ensino superior (BRUMER e SPANEVELLO, 2008).

A saída dos filhos para estudar, é compreendida pelos pais como a possibilidade de acessar “... um meio de vida melhor” (Agricultor 1).

Qualquer um que sai para estudar não quer voltar. Esse é o problema, querem coisa melhor. Depois que vai para a cidade você se aposenta com um salário mais alto, diferente da colônia que é só um salário mínimo. Nos não tivemos estudo. A realidade não era como hoje. Uma professora tinha 50 alunos, aprendiam “ovo” e “uva” do jeito que dava, não tínhamos opção de ensino. Agora se aprende tanta coisa bonita, coisa da cidade. Quem vai querer ficar se na cidade as coisas são mais bonitas, atrativas e tão mais fáceis (Agricultor 8).

O estudo não oferece apenas informações, conhecimento, mas aciona o comparativo entre os modos de vida oferecidos pelo meio rural em contraponto ao meio urbano, sendo que o segundo oferece salário ou renda fixa, férias remuneradas, lazer, universidades e outras possibilidades que o meio rural e a atividade agrícola não oferecem (CHAMPAGNE, 1986a).

O próprio modelo educacional oferecido aos filhos dos agricultores é considerado motivador da saída, pois não é adequado a realidade rural, não trabalha com temas relacionados ao dia a dia da agricultura. Esse modelo é questionado pelos entrevistados.

Precisava de uma educação voltada para a agricultura... escolas valorizassem mais temas relacionados a agricultura. Hoje em dia no lugar dos filhos aprenderem coisas da cidade, tinham que aprender aquilo que pudessem usar e servir para a família. Faltam projetos dos governos para as crianças do meio rural, elas nem conhecem tudo que temos (Agricultor 7).

Além do estudo, os demais fatores externos que motivam a saída dos filhos é a falta de apoio e incentivo do governo para os pequenos agricultores. Oferecer crédito é um auxílio muito utilizado, mas verifica-se a necessidade de mais informações aos produtores, para que possam investir adequadamente na propriedade. É necessário conhecimento para a tomada de decisão e este deve estar ao alcance, oportunizando orientação técnica para a realização das atividades.

As dificuldades do trabalho agrícola e a falta de terra são fatores internos que agem como estimulantes à saída dos filhos. Segundo os entrevistados, a saída dos filhos está diretamente relacionada com o tamanho do estabelecimento incapazes de garantir a reprodução de mais de uma família “...pouca terra, não era suficiente.” (Agricultor 9). Quando a infra-estrutura do estabelecimento não suporta a colocação de todos ou mais de

um filho, a preocupação dos pais aumenta, pois não há espaço no estabelecimento e nem possibilidade de comprar outra área para alocar dos filhos que desejam seguir na agricultura. A frustração dos pais é evidente: “Não dava, não tinha como ficar. Era pouca terra e não dava o suficiente. É assim, pouca terra, vai produzir como?” (Agricultor 9). Ainda que os filhos desejem permanecer: “Um filho queria ficar, tinha vontade, mas, não teria muito onde trabalhar, nós não tínhamos muita terra.” (Agricultor 2), as condições econômicas impedem que os mesmos permaneçam na agricultura.

Um investimento em novas áreas é cogitado como forma de manter os filhos na agricultura, mas além da área, é necessário trabalhar de forma mecanizada, investir em capitalização e tecnologia nos estabelecimentos o que demanda recursos econômicos. Melhorar a produção e conseqüentemente a renda familiar poderia assegurar a continuidade dos filhos na propriedade e desta forma um sucessor. Mas para a agricultura familiar conseguir renda suficiente para investimento em tecnologia, bem como políticas e apoio e incentivo aos estabelecimentos: “Falta mais tecnologia para os pequenos agricultores, para começar uma coisa que funcionasse. Os pequenos precisam de apoio, incentivo” (Agricultor 4). Em mais um relato, constatamos que os recursos do estabelecimento interferiram na decisão dos filhos: “Com toda a certeza, se tivesse mais recurso. Em um pouquinho de terra não dá para um nem para outro viver. E a gente não tinha mais condições de ter mais terra” (Agricultor 9).

O desafio de permanecer na propriedade é ainda maior se os sucessores fossem começar do zero, ou seja, montar toda a infra-estrutura produtiva, como comprar terra, instalar benfeitorias e adquirir maquinário “Falta terra e as coisas são muito caras. Se é para um colono ficar e começar do zero, ter que comprar tudo, ele não agüenta, não vai conseguir” (Agricultor 10). “Eu não pude e não quero obrigar. É muito difícil, só alguém que tem maquinário poderia ficar. Faltam condições melhores para ficar no campo.” (Agricultor 6). As dificuldades internas do estabelecimento reforçam a atração pela cidade. Conforme Silvestro *et al.* (2001), a cidade aparece como horizonte promissor, quanto menor é a renda familiar. De acordo com Carneiro (2001), dependendo das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer na “colônia” passará a representar um fator de exclusão social.

Em casos em que se constata precárias econômicas e infra-estruturais dos seus estabelecimentos, Spanevello (2008) e Stanek (1998) mostram que os próprios pais podem acabar encaminhando os filhos para outras ocupações. Não haver interferência dos pais sobre a decisão de saída dos filhos está intimamente ligada a capacidade da propriedade em mantê-los: “Não tinha como nós ajudar eles, daí eles foram trabalhar, atrás de emprego. Eu não tinha outra opção, fiquei sem poder fazer nada” (Agricultor 10).

No entanto, entre os entrevistados também se constata que apesar de compreenderem que os filhos terão melhores condições de vida fora da agricultura e do meio rural, os pais gostariam que os filhos permanecessem: “Nos aconselhamos ele a viver uma vida digna, mesmo não querendo que eles fossem” (Agricultor 3). A forma como os pais expressam a vontade que os filhos fiquem na agricultura é dada de forma subjetiva, geralmente através de questionamentos sobre a importância da terra e o trabalho agrícola. Apesar da tentativa, os pais não obtiveram êxito: “Eles acharam a vida mais fácil na cidade. Quiseram ir. Perguntei se nenhuma queria ficar na terra, mas me disseram que de agregado não queriam ficar, pois só se incomoda” (Agricultor 8). Os pais já não os

estimulam mais a permanecer no estabelecimento e no meio rural, pois sabem que com as condições em que o estabelecimento se encontra resta apenas as perspectivas de um trabalho árduo e de um caminho incerto. O Agricultor 08 nos diz que “na colônia não é fácil. Sofrido demais, judia muito. Como vou querer que meu filho continue nessa penosidade?”

A manifestação da saída pelos filhos desde cedo não alimentou as esperanças entre os entrevistados pela permanência de pelo menos um dos descendentes. Por esse motivo, os entrevistados não realizaram a escolha de um sucessor diferentemente do que ocorre em estabelecimentos com possibilidades sucessórias. “Não escolhemos. Não adianta, ninguém iria ficar mesmo” (Agricultor 10); “Ninguém quis ficar. Nós tínhamos chiqueiros e vendemos tudo” (Agricultor 8). Os entrevistados deixam de realizar uma das principais etapas do processo sucessório que ocorre em estabelecimentos: escolher o filho sucessor (o filho ou a filha, o mais novo ou mais velho) e encaminhar os demais para outras áreas de terra ou para empregos urbanos.

De acordo com Gasson e Errington (1993), a escolha ou identificação de um sucessor é fundamental para a efetivação da sucessão. No caso dos agricultores entrevistados, os fatores que pesam no momento da escolha - contexto sócio econômico, regime jurídico, filho ou filha com maior aptidão para a agricultura ou menor vocação para os estudos, aquele com persistência no trabalho ou com habilidade para comandar o estabelecimento (CARNEIRO, 1999; JUCHEM *et al.*, 2005), não foram considerados pelos pais. A certeza que os filhos saíram não os levou a selecionar um ou outro critério para a escolha do sucessor.

Considerando a ocupação atual e o local de residência dos filhos, os entrevistados afirmam que os mesmos residem no meio urbano. A ocupação atual está atrelada a qualificação que os filhos apresentam quando saíram do estabelecimento familiar e se buscaram se qualificar no meio urbano, especialmente através do estudo. Nesta condição, grande parte destes jovens ao saírem do meio rural e não seguiram em cursos superiores trabalham em empresas como operários de máquinas, serventes, faxineira, auxiliar mecânico, entre outras alternativas que não exijam um alto nível de escolaridade, conforme explica o Agricultor 3 “Estão todos na cidade. As meninas são todas domésticas, o rapaz é frentista no posto.”

Por outro lado, os filhos que acessam cursos universitários acabam fixando-se neste meio que lhe oferece oportunidade de atuar em sua área de conhecimento. O local de trabalho são escolas, universidades, centro de pesquisas, entre outros.

4.2 Os arranjos na transmissão do patrimônio.

Considerando a forma como os agricultores planejam ou pensam em proceder em torno da transmissão do patrimônio tendo em vista a ausência de sucessores, foram levantadas questões relativas ao encaminhamento da propriedade e a justificativa para tal encaminhamento e o amparo dos pais na velhice.

A maneira planejada pelos pais quanto ao destino do estabelecimento familiar é a venda ou deixar para os filhos. Também constatou-se que uma parcela dos entrevistados vivem as incertezas quanto a esta questão, mas ainda não decidiram sobre tal encaminhamento.

Como justificativa, os pais que pretendem **deixar para os filhos** avaliam que deixando a propriedade para descendentes, esta funciona como uma garantia, um recurso que receberá o filho que os amparar na velhice. Nesse caso, a terra funciona como uma espécie de pagamento pelo tempo despendido e pelos custos que o filho venha a ter com os pais, conforme afirma um dos entrevistados “Não quero vender, porque os filhos não vão cuidar de nós ... a terra é uma garantia para nós quando velhos” (Agricultor 7). Nesse caso, a terra é, sobretudo, um capital, que funciona como um recurso para garantir os cuidados na velhice seja pelos filhos ou por outras pessoas.

Além do amparo na velhice, deixar o patrimônio para os filhos também funciona como uma estratégia de garantir aos filhos algum patrimônio, um capital: “Vai ficar para os filhos, eles usam depois no que precisar” (Agricultor 9). A forma como estes pais percebem este envelhecimento no campo expressa o apego afetivo à terra, mesmo sem perspectivas de continuidade a propriedade continua sendo o local de suas raízes, deixando claro que estes não a querem abandonar

Outra perspectiva dos entrevistados é que a propriedade pode funcionar como uma espécie de bem podendo ser convertido em recurso econômico e este recurso ser usado para pagar pela assistência de outras pessoas fora do núcleo familiar, caso os filhos deixem de cumprir esta função: “E se eles (os filhos) não cuidarem podemos pagar alguém” (Agricultor 5).

Se nas gerações anteriores, os agricultores encaminham a sucessão escolhendo qual dos filhos ficaria na propriedade, bem como sinalizava qual o patrimônio de cada um dos descendentes, hoje os entrevistados sabem apenas que repassaram a propriedade para os filhos, mas não cabe aos pais a forma de divisão, isso fica a cargo dos descendentes. Ademais, fica por conta dos filhos o momento da divisão, podendo ser realizado com os pais ainda vivos ou depois da sua morte.

É possível constatar as preocupações dos agricultores sobre o que os filhos farão com o estabelecimento quando estiverem com a posse da terra, podendo inclusive efetuar a venda. Esta situação gera um sentimento de tristeza entre os pais, marcando definitivamente o desapego dos filhos a terra, sentimento bastante distinto das gerações anteriores. Ademais, é possível constatar que envelhecer no campo sem um filho próximo é preocupante. Este desapego dos filhos pela propriedade e a própria noção dos pais de estar só no meio rural é relatada pelos entrevistados: “me sinto muito só com a saída dos filhos, fico mais carente, entramos em depressão” (Agricultor 2). O fato da ausência dos filhos gerar o sentimento de sentir-se só, também é visto no estudo de Spanevello (2008). A autora mostra os agricultores sem sucessores sentem a ausência dos filhos, não apenas como mão-de-obra, mas pela companhia. Um dos agricultores entrevistados pela autora deixa claro o que representa esta saída dos filhos “a gente nem tem para quem dar bom-dia”

Outra situação que acentua esta questão do sentir-se só na propriedade e no meio rural, é o fato das propriedades vizinhas também estarem passando pelo mesmo processo, os filhos dos vizinhos também estão saindo e por conseqüência, os moradores também partem para a cidade. A redução da dinâmica social do meio rural é sentida pelos entrevistados. Ademais, os agricultores deixam de realizar investimentos no estabelecimento porque não vai ficar ninguém para cuidar ou continuar, as estruturas produtivas, tais como maquinário, galpões e outros bens também vão perdendo a função.

O grupo de entrevistados que planejam **vender a propriedade**, tomaram esta decisão baseado na perspectiva do não retorno dos filhos. Nas palavras do Agricultor 1, “a gente vai enfraquecendo, terminando as forças físicas”, e “a gente não consegue mais fazer nada e não consegue mais ninguém que faça as coisas pra nós, não tem mais jovens para nos ajudar” (Agricultor 9). A velhice acentua as preocupações com os cuidados e ficar sozinho só na propriedade não parece atrativo. Neste sentido, os pais vendem a propriedade e tomam esta decisão baseada no entendimento de que era o que deveria ser feito, embora a vontade pudesse ser outra: “Tive que vender, embora não fosse de minha vontade” (Agricultor 6). Os recursos que obtiverem com a venda será utilizado para a sua estabilização na cidade e se necessário auxiliar os filhos com as despesas que eventualmente possam ter com os pais “... a terra é garantia para quando ficarmos velhos” (Agricultor 7).

Entre os entrevistados que já efetuaram a venda e residem no meio rural apontam que sentem falta da rotina de trabalho, contudo evidenciam benefícios que encontraram neste no novo âmbito, “na cidade tem mais vizinhança, tem mais coisa para fazer, para passar o tempo” (Agricultor 5). Ao ressaltar as vantagens de viver no meio urbano comparativamente ao meio rural, os pais tentam demonstrar que fizeram a escolha certa dado as circunstâncias.

Porém, os entrevistados que ainda **não decidiram sobre o encaminhamento**, alegam que vão esperar, não querem tomar esta decisão de forma precipitada: “Vamos esperar o que vai acontecer na vida das minhas filhas, depois que elas estiverem bem a gente vê o que faz. Não quero fazer isso ainda” Agricultor 1. Quando justificam que vão esperar acreditam que os filhos podem voltar ou que os filhos os acolherão um dia. Neste mesmo grupo, outros entrevistados esperam o momento em que alguma enfermidade ou dificuldade possa impedi-los de ficar na propriedade e de trabalhar na mesma. Mas não se pode dizer que não ocorre o planejamento de como será a transmissão, porém os pais pretendem adiar este acontecimento até o último momento ou quando precisarem de auxílio. Este encaminhamento já está planejado, mas não acertado com os filhos.

Conclusão

Atualmente ocorre a saída dos filhos das propriedades e do meio rural em busca de novas alternativas de vida e trabalho no meio urbano. Os agentes motivacionais da saída dos filhos são tanto externos (principalmente o estudo) e internos (descapitalização da família e da propriedade, escassa área de terra, entre outros).

Os dados desta pesquisa revelam que um dos resultados desta migração dos filhos é a mudança em torno da transmissão do patrimônio. Sem a perspectiva efetiva de um sucessor para permanecer no seu lugar, a pesquisa constatou que os pais planejam: vender a propriedade; deixar para os filhos, responsabilizando-os pelo destino da propriedade ou mesmo pais que diante da atual situação, não decidiram o que farão com a propriedade.

É possível afirmar que independente do encaminhamento proposto, os pais gostariam de contar com os filhos na propriedade. No entanto, reconhecem que as condições das propriedades (pouca área de terra, falta de capital para realizar novos investimentos, entre outros,) não permitiriam a permanência dos filhos com condições prósperas de desenvolvimento.

A ausência de sucessores, além de comprometer a continuidade da propriedade, ocasiona um esvaziamento populacional, tanto nas propriedades como nas comunidades rurais. A pesquisa constatou que os pais sentem a falta dos filhos e expressam esta situação falando da solidão, pois persiste na propriedade apenas o casal. Além dos filhos, a solidão é expressa pela falta de vizinhos e amigos do meio rural que já saíram devido a não permanência dos filhos, ou seja, esta solidão está alicerçada também ao esvaziamento das demais propriedades, tornando o meio rural uma área com uma densidade populacional cada vez mais baixa.

A agricultura familiar vem enfrentando novos impasses no que diz respeito a sua reprodução social em razão das incertezas sucessórias das propriedades. Esta transformação e nova configuração da questão sucessória levanta a possibilidade de descontinuidade da agricultura familiar e das propriedades. Pais sem sucessores pode significar pais sem amparo dos filhos na velhice e o destino da propriedade pode sair das mãos da família e passar para outros proprietários com interesse na produção agrícola ou não.

As possibilidades de contornar estes processos e garantir a sucessão das propriedades passa pelo fomento e incentivos as atividades agrícolas e não agrícolas do meio rural e atendimento aos anseios do que os jovens querem para ficar no campo.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n.1, p.132-152, jan/abr. 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2010.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.



CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998

CARRIERI, A, P; AGUIAR, A. R. C. A transferência de gestão em unidades de produção familiar: a sucessão e a herança no bairro rural de Cardoso (M.G.). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 17, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 1993. CD ROM

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986a.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, Paris, n.3, p.73-89, dez. 1986b.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Corede Celeiro**, 2008. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Celeiro> . Acesso em: 25 mar.2010.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da População, 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar.2006. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>.

JUCHEM, D. M. *et al.* Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 8, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. CD ROM.

LOPES, M. N. **O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar**. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

RAMOS, G. **Un acercamiento teórico a los efectos del sistema de sucesión en la incorporación de los jóvenes a la agricultura Vasca**. Bilbao, 2004. Disponível em: <http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c_ponencias/ramos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2007.



SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVESTRO, M. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

STROPASOLAS, V. **O mundo rural no horizonte dos jovens:** o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

STANEK, O. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar:** do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.2, p. 119-148.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.